

# Entre realidades e representações: funcionamento e alcances do Programa Jovem de Futuro, Viçosa-MG, Brasil<sup>1</sup>

*Gustavo Bruno Pereira de SOUZA<sup>2</sup>*  
*Maria das Dores Saraiva de LORETO<sup>3</sup>*  
*Rosária Cal BASTOS<sup>4</sup>*

## Resumo

Este artigo contextualiza uma política assistencial voltada para o público jovem, elencando os atributos da participação pelos sujeitos da aprendizagem, enfatizando as opiniões, percepções, pontos de vista e apreendendo as representações de jovens acerca das experiências junto a esses programas. De natureza qualitativa, a operacionalização da pesquisa se deu mediante aplicação de entrevista semiestruturada, como instrumento para obtenção de dados. Da mesma forma, buscou-se analisar e aprofundar as concepções desagregadas por meio do emprego da Análise de Conteúdo, como método para a organização deles. Os resultados revelaram que as experiências vividas durante o período formativo renovaram e potencializaram perspectivas, que influenciaram as possibilidades de ação dos jovens interpelados, em especial quanto à capacidade de reflexão sobre si e a construção de novas concepções, com reverberações nos seus campos de possibilidade e suas relações frente às suas famílias e à vida futura.

**Palavras-chave:** Formação profissional. Juventude. Políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte da dissertação de pesquisa de mestrado realizada pelos autores. Informações da dissertação foram suprimidas por fins de avaliação. Pesquisa financiada pela CAPES.

<sup>2</sup> Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Servidor Público da Prefeitura Municipal de Araponga-MG. <https://orcid.org/0009-0002-8168-9550>. E-mail: [gpb.souza@gmail.com](mailto:gpb.souza@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa. <https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>. E-mail: [mdora@ufv.br](mailto:mdora@ufv.br).

<sup>4</sup> Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Servidora Pública Federal da Universidade Federal de Viçosa. <https://orcid.org/0000-0002-8233-8122>. E-mail: [rosaria.bastos@ufv.br](mailto:rosaria.bastos@ufv.br).

## **Between realities and representations: functioning and scope of the Jovem de Futuro Program, Viçosa-MG, Brazil**

*Gustavo Bruno Pereira de SOUZA*  
*Maria das Dores Saraiva de LORETO*  
*Rosária Cal BASTOS*

### **Abstract**

This article contextualizes an assistance policy aimed at young people, listing the attributes of participation by learning subjects, emphasizing opinions, perceptions, points of view and apprehending young people's representations about their experiences with these programs. Of a qualitative nature, the operationalization of the research took place through the application of a semi-structured interview, as an instrument for obtaining data. Likewise, we sought to analyze and deepen the disaggregated concepts through the use of Content Analysis, as a method for organizing them. The results revealed that the experiences lived during the formative period renewed and strengthened perspectives, which influenced the possibilities of action of the young people questioned, especially regarding the ability to reflect on themselves and the construction of new conceptions, with reverberations in their fields of possibility, their relationships with their families and future life.

**Keywords:** Professional qualification. Public policy. Youth.

# **Entre realidades y representaciones: funcionamiento y alcance del Programa Jovem de Futuro, Viçosa-MG, Brasil**

*Gustavo Bruno Pereira de SOUZA  
Maria das Dores Saraiva de LORETO  
Rosária Cal BASTOS*

## **Resumen**

Este artículo contextualiza una política de asistencia dirigida a los jóvenes, enumerando los atributos de la participación de los sujetos de aprendizaje, enfatizando opiniones, percepciones, puntos de vista y comprendiendo las representaciones de los jóvenes sobre sus experiencias con estos programas. De carácter cualitativo, la investigación se operacionalizó mediante la aplicación de una entrevista semiestructurada, como instrumento de obtención de datos. Asimismo, se buscó analizar y profundizar las concepciones desagregadas mediante el uso del Análisis de Contenido, como método para organizarlas. Los resultados revelaron que las experiencias vividas durante el período formativo renovaron y potenciaron perspectivas, lo que influyó en las posibilidades de acción de los jóvenes encuestados, especialmente en lo que respecta a la capacidad de reflexionar sobre sí mismos y a la construcción de nuevas concepciones, con repercusiones en sus campos de posibilidad, sus relaciones con sus familias y sus vidas futuras.

**Palabras clave:** Formación profesional. Juventud. Políticas públicas.

## **Introdução**

A vivência da juventude tende a ser caracterizada como um período permeado por experimentações e como um tempo de construção de identidades. Conforme afirmam Serafin, Mezzomo e Pátaro (2016), nessa fase da vida, o jovem torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, ao ponto que recebe e exerce influência sobre ela. Nessa ótica, os sujeitos, portanto, tornam-se capazes de enxergar as mudanças que lhes estão ocorrendo e, por consequência, fazem deste momento um exercício de preparação para sua inserção social como cidadão, conhecendo a si e tornando-se capaz também de se projetarem para o futuro (SERAFIN; MEZZOMO; PÁTARO, 2016).

Certamente, como apontam Cordeiro e Clementino (2012), a condição juvenil é vivenciada de forma diversa (em função da origem social e das disparidades socioeconômicas), marcadores sociais que limitam as táticas e meios de atuação de muitos indivíduos. Por essa razão, no momento percorrido, como assinalam Silva e Silva (2011), já é lugar-comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, na qual os jovens (sobretudo no século XXI) vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização, compartilhando uma experiência geracional historicamente inédita, ao ponto que são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como tempo de preparação.

Dessa forma, reconhece-se que a juventude é afetada por esse contexto social modificado e sofre o impacto de suas significativas transformações de forma diferenciada. Logo, dentre essas temáticas, emergiram, portanto, propostas preliminares confluentes com políticas públicas no Brasil, implicadas na ótica do jovem como sujeito de direitos e demandante de características próprias e necessidades diferenciadas, em função da constatação de que os jovens do país não partilham das mesmas condições e/ou de condições parecidas para vivenciar essa etapa da vida (SPOSITO; CARRANO, 2003; CAMPOS; PAIVA, 2018).

Tais prerrogativas favoreceram, no domínio dessas desagregações, apesar de essencialmente tardio e considerando a condição dos jovens nesse universo metamorfo, a necessidade de atendimento das demandas e a imprescindibilidades desses sujeitos, sua concepção enquanto agenda de interposição governamental só começou a florescer na década de 1990, no âmbito das primeiras iniciativas políticas juvenis, criadas no Brasil (SPOSITO; CARRANO, 2003).

À vista disso, em 2005, teve início um importante ciclo de políticas públicas de juventude no país, a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que estabeleceu as bases para

uma maior articulação das ações voltadas para os jovens, principalmente, a partir da criação de instâncias de coordenação e articulação das políticas dirigidas a juventude, a partir da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018).

Esse lugar de destaque na arena pública decisória, sinalizava um conjunto de esforços de estruturação de uma Política Nacional de Juventude (PNJ), que começou a se materializar com a criação de programas que se estruturaram enquanto estratégias de intervenção para oferecer experiências de oportunização, a fim de minimizar dificuldades impostas associadas especificamente à condição juvenil (como o PROJOVEM, por exemplo). Foram necessários diversos instrumentos jurídicos, normativos e institucionais em nível nacional para que essas políticas públicas se perpetuassem, mecanismos multicausais e indutores para que os governos subnacionais, tanto governos estaduais quanto prefeituras, também adotassem a agenda de políticas de juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003; ROCHA; MELO, 2015).

Desta forma, vivências de uma série de relações (trabalho, educação, saúde, tecnologia, acesso à terra, dentre outros), efetivaram-se com vista ao reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam e/ou afetavam esse público (SILVA; SILVA, 2011). Ao abordar sobre essas facetas, Cordeiro e Clementino (2012) ainda explicam que a mocidade representa um período da trajetória biográfica em que muitas transições ocorrem simultaneamente. Nesse período, mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, essa fase da vida é marcada pelas relações que os jovens estabelecem no interior do meio social. Sendo assim, esse momento da vida combina elementos diversos, marcado por novas experiências, contato com outros grupos, no qual, esses sujeitos, estabelecem relações pessoais, de educação e de trabalho, processos de preparação para a vida adulta, vivência da formação, da experimentação e da construção de redes de sociabilidade.

Neste sentido, o contexto no qual esses indivíduos estão expostos representa um papel fundamental nesta etapa da vida, permeado por descobertas que fornecem valores, regras e expectativas que fazem o jovem se deparar com perguntas como: Para onde vou? Qual rumo devo dar a minha vida? Questões cruciais no seu processo de amadurecimento e que se remetem aos projetos de futuro (DAYRELL, 2013).

No âmbito das dimensões apresentadas, estas exposições, de algumas ideias breves, levantaram uma inquietação acerca dos sentidos atribuídos por beneficiários egressos de programas públicos educativos/inclusivos voltados para a juventude. Assim foi elaborada essa proposta de intervenção que contextualiza uma política assistencial voltada para esse público, elencando os atributos da

participação pelos sujeitos da aprendizagem, enfatizando as opiniões, percepções, pontos de vista e identificando as experiências formativas e apreendendo as representações de jovens sobre as experiências junto a essas políticas, que são respostas às demandas de superação desse quadro de desequilíbrio.

Diante do exposto, este artigo buscou elucidar, qualitativamente, as percepções de jovens egressos do Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG, considerando as influências da proposta pedagógico-educacional do programa no cotidiano dos jovens, conhecendo, além disso, se estas mesmas experiências se atenuaram na constituição dos projetos de futuro desses sujeitos, ponderando se as experiências oportunizadas desencadearam fatores propiciadores de mudanças ou possibilitadores de novos conhecimentos, aprendizados e saberes, que ofereceram, garantiram ou conferiram meios que, de alguma forma, puderam imprimir algum tipo de transformação e, portanto, possibilidades de desenvolvimento humano mais promissoras, buscando entender as dificuldades e os recursos dispostos em seus campos de possibilidades.

Em termos de delimitação e proposição empírica, foi estudado o caso dos jovens egressos do projeto social desenvolvido num município, com pouco mais de 70.000 mil habitantes, situado na porção sudeste do Brasil, Estado de Minas Gerais, na Zona da Mata Mineira, Viçosa. O Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG iniciou suas atividades em 2015, como projeto social que almejava contribuir com a formação de jovens de 14 a 18 anos que se encontravam em situação de vulnerabilidade, por meio do investimento em seus desenvolvimentos pessoais, em suas cidadanias e, além disso, em seus aperfeiçoamentos profissionais. A proposta de metodologia do programa enfocava uma perspectiva de cooperação abarcada numa dimensão multidisciplinar que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas, através de cursos e atividades condicionados à experiência prática em empresas parceiras.

No âmbito das dimensões apresentadas, essas desagregações foram mensuradas tendo como fundamento as narrativas expressas por meio dos significados atribuídos pelos indivíduos, tendo esses aspectos como fios condutores dessa investigação. No caso do Programa Jovem de Futuro, essas idiosincrasias ofereceram análises passíveis de engendrar discussões que poderão contribuir para verificar ocorrências, com seus possíveis dilemas e horizontes, no que refere especialmente ao cotidiano de jovens participantes de ações desenvolvidas voltadas à temática das juventudes.

Desse modo, mesmo a depender de uma série de relações causais, a pesquisa em questão poderá trazer informações relevantes para a construção de saber relativo às multivariadas facetas que

envolvem experiências de aprendizagem como condicionantes na possibilidade de invenção de novos sentidos, perspectivas, possibilidades de ação e atuação social, a fim de contribuir para a difusão de conhecimento científico de importância social e acadêmica sobre juventudes e suas inter-relações com a sociedade e quiçá dialogar com outras experiências brasileiras.

Embora o número de estudos relacionados a essas facetas tenham aumentado substancialmente, observa-se, ainda, a necessidade de ampliar as reflexões sobre a realidade juvenil e seus desafios, principalmente, aquelas relacionadas à sua formação educacional (CAMPOS; PAIVA, 2018).

Nesse sentido, este estudo se alicerça na Teoria das Representações Sociais, considerada adequada para analisar o modo como os atores sociais exprimem suas representações, opiniões e crenças acerca dos objetos, sejam eles do mundo concreto ou abstrato (RESENDE; ESPÍNDULA, 2020). As representações são carregadas nas palavras e estão presentes nos discursos produzidos. A análise dos conteúdos provenientes desses diálogos possibilita e até oportuniza a identificação do imaginário da população sobre um determinado tema que esteja no momento em debate.

Jodelet (2001, p. 17) endossa esse ponto de vista ao afirmar: “a observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais”.

## **Referencial analítico: aspirações dos jovens, representações e políticas públicas - diferentes perspectivas**

A discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil. A formulação e a implementação desses projetos só começaram a figurar no discurso dos diversos setores sociais nas décadas finais do século XX. Esse processo de reconhecimento da necessidade de políticas públicas, tendo como diretriz a concepção de jovens como sujeitos de direitos, são ainda muito recentes (processo esse iniciado e ainda em curso), apesar de, como argumentam Silva e Silva (2011), os marcos legais que deram início à ação do Estado em intervenções para a juventude remontarem a década de 1920 (KERBAUY, 2005; SILVA; SILVA, 2011).

No Brasil, os segmentos juvenis percorreram um longo caminho até se depararem com a possibilidade de vislumbrarem, na agenda política do governo, algumas das questões que os afligiam (RODRIGUES, 2009). Segundo Sposito e Carrano (2003), durante um longo período, essa temática permaneceu num patamar interpretado como um “estado de coisas”, uma rica metáfora que traduz

bem a ideia de como essa questão era pautada na agenda pública decisória; situação problemática, que atinge de formas distintas amplos segmentos da sociedade sem, contudo, chegar a mobilizar as autoridades políticas (SILVA; LOPES, 2009).

Os autores, que se referem à visibilidade desse grupo geracional na condição de alvos da ação pública, como Sposito e Carrano (2003), Silva e Silva (2011), Silva e Andrade (2015), Corrochano, Abramo e Abramo (2017) e Tomasi e Corrochano (2020), defendem que a percepção mais aguçada dos problemas presentes no universo juvenil resultaram, em grande medida, da complexificação do cenário político, econômico e sociocultural global, momento em que ocorria a depreciação do modelo de organização do trabalho até então existente. No âmbito desse cenário, ao qual Mattei e Heinen (2021) datam o período que marcou o início da transição para uma nova lógica de acumulação do capital, emergiu um novo regime baseado na economia de escala para reduzir os custos com mão de obra.

Nesse sentido, como aduzem Oliveira e Batista (2017), essa nova conjuntura desencadeou o aflorar de condições que levaram à propagação do discurso neoliberal e, posteriormente, a crise do trabalho assalariado e ao enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, ao passo que o desemprego passou a flutuar em níveis mais elevados, com os sindicatos perdendo força e os ganhos salariais sendo contidos, com reverberações também no processo de inserção profissional no espaço laboral, que ficou mais difícil, longo e aleatório, com fortes efeitos na vida de muitas pessoas, que se viram cada vez mais atingidas na sua forma de socialização e nos seus modos de vida (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Sob este prisma, esse fenômeno, que foi global, teve contornos expressivos no Brasil, delimitando o esgotamento do modelo econômico brasileiro chamado de nacional desenvolvimentismo (1930-1980), dando fim a uma fase e iniciando uma transição para um novo regime caracterizado pela adoção de medidas neoliberais nos anos 1990, com adoção de um processo de desregulamentação e abertura da economia nacional, opção que fez com que o país ficasse cada vez mais às margens do processo de reconfiguração dessas novas políticas econômicas (LEITE, 2020).

Nesse mesmo período (entre as décadas de 1980 e meados dos anos 2000), como argumentaram Corrochano, Abramo e Abramo (2017), o imaginário social da condição juvenil – sobretudo daqueles que viviam de maneira particularmente dramática – até então construído, vinculado, muitas vezes, a episódios de violência e como ameaça à ordem social, “acaba por desencadear ações públicas



centradas, num primeiro momento, no combate à violência, e, num segundo momento, já no início dos anos 2000, no desemprego” (RODRIGUES, 2009, p. 138).

Dito de outra forma, como ressaltam Ribeiro e Macedo (2017), as questões que emergiram no cenário público, citadas acima, criaram destroncamentos que permitiram a entrada, na agenda pública, de novos fatos e realidades que impactaram a representação da juventude no imaginário social brasileiro, desestabilizando consensos até então pré-estabelecidos. Dessa forma, um conjunto de pendências demandantes de políticas públicas, que antes estavam silenciadas, ganharam a cena explicitando uma contemporânea condição juvenil (RIBEIRO; MACEDO, 2017).

A juventude emergiu, portanto, como objeto de preocupação temática, como questão política e tema de políticas públicas. Preliminarmente, as políticas públicas de juventude consistiram-se em criar, basicamente, condições para que os cidadãos fragilizados proprietários da força de trabalho pudessem ser incluídos nas relações de troca.

Grande parte desse esforço alcançado deveu-se também à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina, na década de 1980 (KERBAUY, 2005). Nesses moldes, germinaram frentes de atuação em defesa dos direitos juvenis, num âmbito que enfocava sua participação nos espaços decisórios e assegurava a proteção de direitos econômicos, sociais e culturais, não só do público infantil e adolescente brasileiro (como o Estatuto da Criança e do Adolescente), visto que, foi instituída uma nova concepção jurídica no país (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018).

Desta forma, vivências de uma série de relações (trabalho, educação, saúde, tecnologia, acesso à terra, dentre outras), efetivaram-se com vista ao reconhecimento de problemas que mais diretamente afetavam e/ou ainda afetam os jovens, reconhecendo que este segmento constitui identidades e singularidades específicas. Ao passo que, a atual política nacional de juventude considera como jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária de 15 a 29 anos (SILVA; SILVA, 2011).

No âmbito dessas mesmas desagregações, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013) emerge tendo como principal premissa a função primordial de garantia de direitos fundamentais para o desenvolvimento do jovem no Brasil, preconizando que as políticas públicas de juventude deveriam ser regidas observando diferentes diretrizes (cidadania, participação social, trabalho, geração de renda, educação, sustentabilidade, dentre outros).

Todo esse aparato governamental advém da premissa de que a dinâmica política e social ao qual esse público transita é permeada por um quadro marcado pela exclusão e desigualdade para lidar com os meios, sobretudo para aquele grupo de jovens que lida com dificuldades impostas pelos meios

sociais de origem, que sofrem com o efeito de limitadas oportunidades e todo o ônus advindo dessa condição (educação de baixa qualidade e o truncamento no acesso às artes, ao lazer e aos bens e serviços).

Assim, este processo de fragmentação da estrutura social, apresentado de forma breve até nesse tópico – intensificação da globalização, mudanças tecnológicas, precarização, algumas novas configurações associadas ao trabalho, bem como das relações nele estabelecidas –, constituiu-se como ator plural que refletiu diretamente nos espaços de socialização e, conseqüentemente, na condição e nos processos de construção social da juventude, com suas múltiplas e heterogêneas experiências de coletivização.

Posto isso, como elucida Dayrell (2013), a contemporaneidade inaugurou formas de temporalização e, diante de estruturas sociais cada vez mais fluidas, as aceleradas transformações que vêm ocorrendo na sociedade moderna ainda produzem um ambiente com novas características, instabilidades, riscos e incertezas, engendrando um conjunto de mutações que vêm afetando diretamente o meio social (MAIA; MANCEBO, 2010; DAYRELL, 2013), fazendo com que o “processo de passagem para a vida adulta e a própria noção de juventude<sup>5</sup>, diante de um panorama repleto de paradoxos, no qual o risco e a incerteza permeiam o imaginário coletivo, adquirissem um caráter difuso e múltiplo, que coloca novos desafios para os jovens”, delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades (MAIA; MANCEBO, 2010, p. 378).

Neste contexto, dado o aspecto transitório dessa fase ao período de vida mais sensível, marcado por projeções expectáveis sobre o futuro, o jovem situa-se no centro dessas metamorfoses, que engendraram um espaço laboral cada vez mais ziguezagueante, descontínuo, dinâmico, marcado pela provisoriedade e que leva a uma reelaboração da ideia de momento, especialmente de futuro (DAYRELL, 2013).

É essa conjuntura que enfeixa o surgimento de determinada ideia de projeto de vida, significando dizer, como interpreta Dayrell (2013), inspirado na ideia de Schutz (1979), que esses projetos de vida são planos que os jovens constroem a fim de realizar em algum momento do futuro, geralmente em um arco temporal mais ou menos largo, em alguma de suas esferas de vida (trabalho, lazer, conquistas profissionais, dentre outras), com o intuito de transformar esses desejos e fantasias que lhes dão sustância em objetivos passíveis de serem perseguidos.

---

<sup>5</sup> Essa reflexão não propõe retomar todo o debate existente em torno da categorização da juventude, porque fugiria dos limites desse texto.

Adicionalmente, como ressaltam Maia e Mancebo (2010), Dayrell (2013) e Weller (2014), esses projetos de vida são rotinas e/ou condutas do indivíduo de escolher um, dentre os futuros possíveis, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida, que implica na elaboração de planos e procedimentos paralelos às perspectivas que o jovem tem com relação ao seu futuro, objetivando atingir determinados fins, em uma tentativa de dar concretude às suas expectativas e circunscrever possibilidades de mudar seus destinos pessoais e de romper, no caso de cidadãos fragilizados, que contam com menos meios e margens de escolhas, barreiras impostas pelas coações estruturais e meios sociais de origem (DAYRELL, 2013; WELLER, 2014).

Dayrell (2013) ainda explica que esses projetos e/ou táticas, por mais que impliquem uma relação com o passado e o futuro, ganham consistência em relação às situações vivenciadas no presente e são ancoradas nas experimentações, anseios, aspirações, fantasias, potencialidades e nos conhecimentos de mundo.

De acordo com Velho (1994), o projeto de vida não é um fenômeno puramente interno/subjetivo. Ao contrário, é formulado em um campo de possibilidades, condicionado aos aspectos culturais, históricos e sociais. Por isso mesmo, esse autor reforça que as expectativas dos jovens estão pautadas sobre interesses individuais, mas também sobre outros fatores, como condição e necessidades de suas famílias. Considerando as transformações vivenciadas pelos jovens ao longo desse processo, seus projetos podem mudar, porque são essencialmente dinâmicos; e o projeto “é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade” (VELHO, 1994, p. 104).

Carbornari (2007) ainda discute a esse respeito ao afirmar que as possibilidades de escolha de cada indivíduo podem mudar, a partir de suas circunstâncias, valores e interações cotidianas com seu meio, resultando em um fluxo contínuo de ações projetadas, que singularizam o seu percurso ou trajetória de vida. As trajetórias ganham consistência a partir do desenho de projetos com objetivos específicos. Sua viabilidade vai depender de um jogo de interações com outros projetos individuais ou coletivos circunscritos em um campo de possibilidades de cada situação.

Essas trocas e interações com seu “meio”, como elucidada Jodelet (2001), são pressupostos fundamentais para a abordagem dos fenômenos cognitivos e no aspecto conceitual para a dinâmica das representações sociais, que contribuem para a instituição do universo consensual, desempenhando, ademais, nesse processo de formação do pensamento e do conhecimento social, uma importante função de elo entre os indivíduos e a sociedade (ARRUDA, 2002; PAVARINO, 2003).

A representação social sobre algo sempre se desenvolve a partir da relação com o outro, sendo uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado que se constitui como ideia socializada, manifestando-se de diferentes formas, seja na forma de imagens, conceitos, categorias, teorias e experiências (JODELET, 2001; RESENDE; ESPÍNDULA, 2020).

Não obstante a essa situação, como argumentaram Naiff e Naiff (2008), nos estudos representacionais o universo escolar é foco de grande atenção das pesquisas que utilizam o referencial da teoria das representações sociais em busca de auxílio neste entendimento. Sob esse mesmo enfoque, Lopes (2013) complementa que, ao assinalar que para a compreensão das dinâmicas sociais, considerando seus aspectos informativos e explicativos quanto à natureza das relações dos laços sociais e das relações dos indivíduos e de seu entorno social, as representações coletivas são indispensáveis.

Essa forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada é a que contribui, sob a ótica de Jodelet (2001), para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Como explica Arruda (2002), o universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal e nas trocas comunicacionais na vida cotidiana, onde quer que exista uma realidade a ser apropriada e partilhada, seja na família, no trabalho, na escola ou em outras dimensões da vida social (NAIFF; NAIFF, 2008).

Esse conceito da “Representação Social” da sociologia de Émile Durkheim só começou a ser trabalhado em sua dinâmica e diversidade a partir de 1961, quando Serge Moscovici desenvolveu uma proposta de psicossociologia do conhecimento que propôs a investigação da construção social a partir da consciência coletiva (SÊGA, 2000; ARRUDA, 2002). Na perspectiva moscoviciano, após os sujeitos reterem de maneira seletiva uma parte da informação que circula na sociedade sobre conhecimentos particulares a respeito de um determinado objeto, a natureza constitutiva das representações sociais segue etapas sucessivas, recorrendo a dois processos: objetivação e ancoragem (ARRUDA, 2002; LOPES, 2013).

Em se tratando a respeito, Lopes (2013, p. 25160) ainda explica que:

A objetivação é uma operação imaginante e estruturante que dá corpo aos esquemas conceituais reabsorvendo o excesso de significações. Na objetivação o conceito transforma-se em imagem. Na ancoragem, ocorre a inclusão do objeto numa hierarquia de valores, consolidando uma rede de significações em torno dele.

Detrás dessas considerações e considerando que o momento compreendido como sendo da juventude é um período em que muitas escolhas são feitas, nesse processo, uma série de relações são tecidas e a visão que o jovem tem de si, das suas aptidões e daquilo que deseja alcançar tendem a ser mais robustamente construídas, devido, em parte, à pressão sofrida por esses mesmos sujeitos para escolherem e/ou ao menos atingirem um melhor entendimento dos seus possíveis rumos futuros. Posto isso, entender como se admitem as representações nesse contexto constitui objeto de investigação que merece ser aprofundado.

## **METODOLOGIA**

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como referência basilar a abordagem metodológica do tipo qualitativa, adequada dentro das proposições desta intervenção, em consonância com a conceituação proposta por Gil (2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou duas etapas: (i) o levantamento e a sistematização de informações referentes ao programa argumentado; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Preliminarmente, procedeu-se com a coleta de materiais e elementos acerca do Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG, a fim de apreender informações das práticas desenvolvidas e mapeamento das iniciativas do programa por meio de pesquisa em suas páginas na *internet* e publicações às quais foi passível o acesso.

Para aprofundar a compreensão sobre os pontos delineados, numa segunda etapa da perquirição, foi realizada a coleta dos dados empíricos primários, mediante entrevistas em profundidade, individuais e semiestruturadas, o que possibilitou criar espaços de diálogo no qual esses sujeitos puderam se expressar em relação às questões centrais da pesquisa. Para isso, foi construído um roteiro a partir de um modelo anteriormente elaborado e aplicado por Carmo (2019), que norteou as entrevistas que tiveram um tempo estimado de realização que variou entre 20 e 30 minutos.

As questões do roteiro foram dispostas em blocos. Um ponto importante verificado na elaboração do instrumento de coleta de dados foi a concatenação de informações sobre o “vivido”; ou seja, enfocando aspectos da realidade do grupo social pesquisado. A estruturação dele foi orientada pela busca de segmentos de questões que permitissem obter tais informações. O roteiro correspondeu um conjunto de questões que objetivaram abordar a participação no Programa Jovem de Futuro e suas possibilidades para construção de novas relações, enfocando os planos, projetos e aspirações dos egressos, buscando conhecer se estas manifestações se correlacionavam com atributos do Programa Jovem de Futuro.

As entrevistas foram realizadas de forma online, por meio de chamada de vídeo e/ou áudio, a partir de ligações telefônicas e/ou pelo aplicativo WhatsApp ou pela plataforma do Google Meet, sendo que essa desagregação dependeu da maneira escolhida pelo participante. Essas ferramentas de intervenção baseadas em adoção de procedimentos, que envolveram contato através de meio virtual ou telefônico, atenderam plenamente às necessidades da pesquisa, sendo ainda de acesso gratuito e versáteis, independentemente das possíveis condições e contextos ao qual os participantes pudessem estar inseridos.

Coube ao participante decidir se a entrevista seria gravada ou não. Nos casos em que gravação não foi autorizada, as respostas foram anotadas e lidas para o(a) participante verificar a veracidade das anotações. Tendo sido feita a coleta dos dados, procedeu-se com a transcrição das informações, que foram armazenadas em dispositivo próprio. Os dados da entrevista foram transcritos com o auxílio do Google Docs. Em seguida, as informações foram registradas em um banco de dados, ao qual somente o pesquisador teve acesso. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das mudanças relatadas pelos usuários participantes.

Foram realizados o arranjo e a primeira pré-análise do conteúdo reunido. Nessa etapa da pesquisa, o software empregado para operacionalização, organização e exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Word. No que tange ao processo de análise dos dados, esta foi orientada pelos preceitos da Análise de Conteúdo, baseando-se nas técnicas metodológicas desenvolvidas por Bardin (2011), focando nos pontos comuns e nos divergentes, nas singularidades e particularidades, considerando as variáveis e o corpus temático agrupado.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com sete jovens egressos, 3 gestores do programa e 1 integrante que pertencia à equipe pedagógica, entrevistas estas realizadas com a premissa de conhecer com sagacidade da realidade da política objeto da intervenção. Vale ressaltar que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Além disso, todo o processo de coleta de dados foi viabilizado mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa.

## **Resultados e discussão**

Antes de iniciar a contextualização da desagregação dos aspectos argumentados, no decorrer da coleta das informações dos egressos interpelados na pesquisa, muitos compartilharam memórias

atreladas à sua vida. Empregaram-se esforços a fim de relatar essas lembranças e recordações, enfatizando os discursos e os sentidos produzidos por cada jovem.

Quando questionados acerca do que os motivou a procurarem o programa, as falas revelaram as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, bem como a pendência em satisfazer necessidades de ordem financeira, com alguns jovens alegando o desejo do aprendizado como o último plano à procura do curso. Como observado por Bitencourt *et al.* (2014), a motivação para participar de programas dessa natureza apresenta conotação enunciativa de inserção no mercado de trabalho, o que demonstra que, na percepção dos egressos, o que o mercado requer e o programa oferece transita por essas dimensões. Esse anseio por auferir renda também foi encontrado por Frigotto (2008). Na perspectiva do autor, os jovens alvos dessas ações intervencionistas se inserem nos múltiplos espaços de trabalho por necessidade, geralmente.

Uma das questões que permearam o imaginário desses ex-alunos parece ser a relação entre o passado e o futuro. Ao mesmo tempo em que se remeteram às narrativas do passado, atreladas às suas trajetórias de vida pessoais, vivem o presente e vislumbram o futuro, resolvendo conflitos e vivenciando novas descobertas, emoções e diferentes maneiras de se relacionar com os outros e com o mundo. Grande parte dos egressos questionados tendeu a colocar em seus planos um olhar para o tempo seguinte/futuro. Um exercício mais amplo para alguns jovens e mais restrito para outros.

Na tentativa de identificar elementos que pudessem remeter às representações sociais sobre perspectivas de participação no programa, foi inicialmente solicitado aos jovens participantes que relatassem se tinham preocupações, em especial em relação ao seu próprio futuro. As narrativas expressas nas falas se configuraram nas temáticas do medo da não conquista de uma profissão, que apareceram com as maiores frequências de respostas. Foi possível perceber que a conexão desses itens remetia à percepção, segundo a qual, sem ter as condições possibilitadas por um emprego/ocupação, inexistiam alternativas para a geração e subsistência para esses sujeitos, segundo seus relatos, conforme exemplo: [...] “eu tinha a preocupação de demorar conseguir o primeiro emprego” [...] (Entrevista 5, egresso, homem, 22 anos).

Como explica Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), o público jovem, de maneira geral, parece encontrar maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, quando o fazem, muitas vezes, ocupam as vagas de trabalho mais precárias, dado que os jovens tendem a apresentar uma tendência de sofrer mais com períodos recessivos e com outras dificuldades, considerando que esse público tem a necessidade de competir, no mercado de trabalho, com indivíduos com maior experiência. O autor

também ressalta que esse público tem menor proteção contra demissões (ROCHA, 2008; CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020; KURNAZ, 2020).

Tal como ocorreu com outros entrevistados, como apresentado na pesquisa de Guimarães (2005), o trabalho aparece como uma referência central no que se refere as opiniões, atitudes, expectativas e relatos de experiências internalizadas por jovens com idades entre 15 e 24 anos. A centralidade do trabalho, como explica a autora, não advém simplesmente do seu significado ético, mas também da sua importância enquanto condicionante para o cumprimento dos interesses dos próprios jovens.

Não à toa, Pochmann (2004) considera que os filhos dos mais pobres tendem a encontrar no trabalho uma das poucas condições de mobilidade social. Uma situação, portanto, muito diversa dos jovens de “classe média/média alta”, que, geralmente, estendem a infância e a juventude.

Um breve olhar sobre os dados de perfil dos participantes apontou marcas da condição juvenil de camadas populares. Assim como em outros estudos sobre o perfil de matriculados em programas semelhantes (LEÃO; NONATO, 2012), traçando um perfil dos jovens que se dispuseram a participar, pode-se dizer que se tratava de jovens com uma escolarização muito recente, ao ponto que todos tinham concluído o ensino médio, com alguns participantes da pesquisa cursando o ensino superior, no período noturno, conjugando o tempo na faculdade com o trabalho. Grande parte desses egressos ocupava postos de trabalhos, alguns em tempo parcial, ao ponto que quase todos moravam com os pais e todos tinham estudado em escolas públicas.

Pochmann (2004) ainda explica que indivíduos, pertencentes a essas classes populares, tendem a sofrer um processo de adultização mais precoce, com tendência de ingressar muito cedo no mercado de trabalho, quase sempre ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, conjugando o tempo laboral com o estudo.

O Programa Jovem de Futuro de Viçosa-MG se estruturava em práticas de concepção que tinham como fio basilar a integração entre a educação e as ações de âmbito cultural, com vista à promoção da equidade e superação da situação de dificuldade. A proposta de currículo do programa enfocava uma perspectiva de cooperação abarcada numa dimensão multidisciplinar que focalizava o desenvolvimento de competências, saberes, conhecimentos, valores e práticas compatíveis com situações vivenciadas no dia a dia desses jovens, de maneira que as questões sociais, de trabalho e de participação cidadã, que eram abordadas nas discussões, se entrelaçassem em um currículo amplo para uma melhor orientação e direcionamento do jovem.



No processo formativo, que tinha duração de 12 meses, os jovens realizavam diversas etapas, conforme material didático. A vivência desse processo pelos jovens era acompanhada pelos parceiros do PJF e por uma equipe de educadores e estagiários do programa. A metodologia utilizada nas ações do processo formativo pressupunha que os conhecimentos eram mais bem apropriados pelos jovens durante o fazer.

O programa também dispunha de parceiros, que integravam um sistema de prestadores que se responsabilizavam pela operacionalização de algumas das atividades extracurriculares desenvolvidas (Casa do Empresário de Viçosa, Universidade Federal de Viçosa e outras instituições sem fins lucrativos). Caruso e Posthuma (2020) corroboram essa afirmação, assinalando o processo de formação, muitas vezes, é realizado no ambiente de aprendizagem e em empresas. Essas organizações atuavam em diversos âmbitos do projeto para operacionalizar algumas das atividades propostas pelo programa: visitas a museus e imersão no ambiente universitário e profissional (mediante oferecimento de estágios).

[...] tentávamos oferecer o máximo de experiências possíveis aos alunos, como forma deles experimentarem e se conhecerem também [...] (Entrevista 8, homem, equipe pedagógica).

[...] fui atrás da UFV, que foi uma das minhas primeiras parceiras [...] em parceria com eles nós colocamos para os jovens aula de informática, aulas de inglês, os jovens começaram a viver rotinas administrativas, rotinas financeiras, tiveram acesso a minicursos que foram ministrados por empresas Juniores e por projetos de extensão ligados a UFV que trouxe para nós um enriquecimento muito bom para o projeto [...] (Entrevista 9, gestor, homem).

Quando os egressos foram questionados sobre a maneira que enxergavam o Programa Jovem de Futuro após o término da formação, muitos indagaram que tiveram a oportunidade de imergir num espaço propício à experimentação, no qual puderam dialogar sobre uma diversidade de temas e questões que, ao mesmo tempo, remetiam a aspectos inerentes à sua vida e à sua própria história. Quando os jovens participantes foram questionados acerca das vivências através da participação nas ações do programa, as suas falas expressaram construção de narrativas que denotam mudanças, que foram conquistadas com a contribuição da participação, conforme demonstrado nas seguintes falas:

[...] o programa jovem de futuro abriu muito a minha mente, [...] eles conseguiram tipo que eu conseguisse enxergar um futuro melhor para mim entendeu, [...] algo que eu não tinha que eu não previa [...] eles tipo assim conversavam [...] com a gente né para a gente ter mais interesse no nosso futuro (Entrevista 1, egresso, mulher, 20 anos).

Entre realidades e representações: funcionamento e alcances do Programa Jovem de Futuro, Viçosa-MG, Brasil

[...] para falar bem a verdade eu ainda tinha dúvida em relação a isso. Não tinha [...] nada formado ainda e eu acho que o curso me ajudou bastante nisso, eu ver o que eu realmente queria, o que eu gostava e para mim seguir naquilo [...] (Entrevista 2, egresso, mulher, 21 anos, estudante, empregada).

[...] pela minha cabeça de hoje em dia, pensando bastante, pensando bem, tenho mais cabeça para mentalizar as coisas, para saber distinguir o que é certo do errado [...] (Entrevista 4, egresso, homem, 20 anos).

Dessa forma, amparado nas falas, pode-se dizer que os egressos vivenciaram um processo de construção de identidade, que se constituiu e se modelou, conforme as relações que cada sujeito conseguiu estabelecer com os colegas de classe, com a equipe interna, com os parceiros do projeto e com o mundo social. Quase como um processo de conhecimento e, ao mesmo tempo, de reconhecimento da realidade; só que, dessa vez, mediante a um novo olhar sobre si e sobre as novas possibilidades de oportunização que se abriram. Essas desagregações, acrescidas da influência do processo de formação face à política pública, interferiram na elaboração dos projetos de vida dos jovens egressos do programa, como as falas a seguir ilustram:

Com certeza. Igual eu falei para você eu peguei com o curso muito gosto pela área de administração. Antes eu não sabia ainda o que eu ia querer o que eu pretendia fazer não passava na minha cabeça, aí com o curso eu fui conhecendo a área em si; quando eu saí do curso eu comecei a estagiar aí sim eu tive uma noção mais ampla do que era e eu pensei... eu gosto disso eu quero fazer isso (Entrevista 2, egresso, mulher, 21 anos, estudante, empregada).

Não pensava sobre meu futuro, o programa me ajudou a ter mais conhecimento sobre o que eu queria estudar, que é pedagogia (Entrevista 7, egresso, mulher, 18 anos, estudante, empregada).

Tipo assim o que eu queria fazer era terminar o ensino médio arrumar um serviço e tal entendeu, aí no curso jovem de futuro né me fez pensar diferente né que os estudos são importantes na vida da gente né isso tudo é uma coisa que ninguém vai tirar da gente então tipo assim eles conseguiram me incentivar a fazer psicologia entendeu tipo assim que esse seria o meu sonho (Entrevista 1, egresso, mulher, 20 anos).

Quando perguntados sobre os significados atribuídos à formação recebida e os desejos desses jovens, os egressos participantes da pesquisa expressaram projeções fortemente vinculadas a objetivos profissionais. Grande parte dos jovens demonstrou esse consenso nas suas falas, sendo aspectos importantes na concretização dos projetos de futuro da grande maioria dos interpelados. Por meio das entrevistas com esses jovens, foi possível inferir que os interesses desses indivíduos eram em se consolidar. As falas apontaram para a existência de possibilidade de construir passagens que pudessem oportunizar a construção de diferentes caminhos. Aspectos que parecem ter sido os grandes

desencadeadores das falas positivas quanto à contribuição do Programa Jovem de Futuro em suas vidas.

Sob esse mesmo enfoque, os participantes relataram desejo de iniciarem sua inclusão no mercado de trabalho, seja para complementar sua renda pessoal e/ou familiar e/ou seja para concretização de sonhos em relação a si. Desse modo, constatou-se que a compreensão desses mesmos indivíduos é de que a entrada para participar das atividades do PJF é equivalente a um “curso” que, possivelmente/hipoteticamente, poderia gerar possibilidades de oportunidades ao final da formação, o que refletiria inversamente o cenário descrito pelos egressos participantes da pesquisa, quando relataram ocasiões de grande dificuldade para a concretização dessa inclusão.

Os discursos evidenciaram também que muitos desses jovens desejavam romper com os quadros de dificuldade e desequilíbrio inerentes aos seus contextos estigmatizadores através do estudo e da qualificação, principalmente por meio do desejo de cursar futuramente uma faculdade, como alguns já faziam. Pelos relatos, esses fatos podem ser interpretados como um possível investimento feito por esses sujeitos, investimentos estes que, hipoteticamente, poderiam se tornar em algo que, num futuro não muito distante, poderia apontar retornos diversos.

As observações de Naiff e Naiff (2008) se assemelham a esses achados, ao apontarem que a necessidade cada vez mais proeminente de mão de obra qualificada (por parte do mercado de trabalho) e a pequena remuneração disponível (comum em empregos que exigem baixa qualificação profissional) tendem a trazer novamente tanto os jovens e adultos ao universo escolar.

Ao analisar os relatos desses jovens sobre suas visões, esses jovens preocuparam-se expressivamente com questões relacionadas ao trabalho. Para eles, existe uma estreita relação entre as preocupações relacionadas à inserção laboral e à vida futura. Essa preocupação parece estar relacionada à percepção externada por esses sujeitos de que a possibilidade de uma ascensão, em termos de maior acesso à renda, contribua para criação de melhores espaços de participação social. Muitos desses indivíduos desejaram estar no Programa Jovem de Futuro ao compreenderem que o programa poderia ser importante para que novas e melhores perspectivas se abrissem.

Dessa forma, essas evidências apontam e explicitam um conjunto de sentidos atribuídos por esses egressos, que correlacionam a formação profissional com interpretações que ganham significados de mudança e transformação da forma pela qual se percebiam a si. No conjunto dos diversos significados atribuídos pelos egressos à formação profissional, nos relatos desses mesmos indivíduos, observaram-se diferentes sentidos referentes à contribuição do processo formativo para o

despertar de reflexões sobre as possibilidades de intervenção na transformação de suas próprias realidades.

Essas contribuições, trazidas por essas experiências para suas vidas, aumentaram as percepções dos egressos de melhores chances na perpetuação de oportunidades oriundas do meio social, pois acreditavam que passaram a ser vistos de forma diferente por si próprios, se sentindo mais confiantes e mais preparados.

As análises das falas dos jovens inquiridos também revelaram que grande parte desses sujeitos, apesar de já ter concluído o ensino médio, estava fora da escola há algum tempo, com alguns retomando os estudos após e em decorrência do programa, conforme relato de jovem egresso, entrevista 7: [...] “o programa me ajudou a ter mais conhecimento sobre o que eu queria estudar, que é pedagogia” [...]

Transformações sutis, sobretudo no que se refere às mudanças de atitude, foram, da mesma forma, referidas por esses egressos, afirmando que se sentem mais reconhecidos pelo outro e em relação a si próprio. Relatam ainda que sua autoestima se alterou positivamente trazendo como efeito do programa, para esses mesmos beneficiários, uma relação mais saudável consigo mesmo, permitindo que se arrisquem em voos mais altos que os anteriores possibilitados, desencadeando, além disso, inúmeras outras alterações de atitude, como, por exemplo, sua expectativa e aspirações para o presente e para o futuro, alterando assim suas perspectivas e possibilidades de ação, que, por sua vez, renovaram pretensões seguintes, abrindo novas margens de inserção no meio social, como relatado:

[...] me tornei uma pessoa melhor, mais madura é mais responsável. Então querendo ou não a gente muda né com as pessoas ao nosso redor, nossa família, então assim eu acho que eu mudei sim [...] ter [...] mais responsabilidade em minhas coisas em tudo e sentido na minha vida. (Entrevista 1, egresso, mulher, 20 anos).

[...] acho que melhorou o convívio [...] assim quando eu comecei o curso eu passei a ter mais convívio [...] porque era escola e casa [...] aí [...] passei a ter convívio com pessoas diferentes aí com aquilo tipo uma coisa levava outras vezes a professora apresentava a gente para outras pessoas e por aí acho que melhorou muito com outras pessoas [...] o fato de saber lidar com mais pessoas o público em si (Entrevista 2, egresso, mulher, estudante, empregada).

Para um melhor diagnóstico houve estímulo para que esses usuários apresentassem outros aspectos positivos atrelados ao programa decorrentes da sua participação. Quando interpelados, os participantes evidenciaram mudanças positivas, que ficaram ancoradas em dimensões, como: aquisição de conhecimentos práticos e pelo maior envolvimento social, que se remetem à busca por

maior escolarização e atuação urbana na cidade, maior segurança e confiança em si, além de outras características que, segundo os egressos, estão associadas aos traços de conquista de uma autoestima positiva. As mudanças vividas estão relacionadas àquelas que afetaram a relação do ex-aluno com a escola, com o trabalho, com a família e com sua própria vida.

Outro aspecto interessante observado é que as aprendizagens do programa, a partir das narrativas que imergiram, parecem ter exercido influência também na relação dos egressos com suas famílias. As práticas de atividades corriqueiramente aplicadas por educadores, alicerçadas em brincadeiras, dinâmicas e com conotações no qual existia o exercício do diálogo mútuo e o posicionamento diante das questões que eram abordadas, os ex-alunos (alguns mais que outros) parecem ter “transferido” essas novas habilidades e percepções para sua vida familiar, o que teria, segundo apontaram as falas de alguns desses egressos, contribuído para aumentar a harmonia na família.

Ou seja, os dados que constituem os relatos de vida desses sujeitos demonstraram que sua participação nessas ações de mitigação parece ter possibilitado a saída de uma condição de passividade e, até mesmo, de invisibilidade sentida por esses jovens, ao ponto que passaram a se articular com outros segmentos sociais, almejando buscar soluções para as necessidades que fomentam sua inserção social.

## **Considerações finais**

É possível concluir, então, a partir da análise realizada, que os sentidos produzidos pelos jovens participantes apontam como o programa tem trazido contribuições à vida desses jovens, visto que esses mesmos sujeitos recorrentemente enfrentam, segundo seus relatos, dificuldades em acessar os elementos necessários para a concretização de seus planos.

Os dados levantados junto aos interpelados, que foram aqui discutidos e contextualizados, destacaram pontos importantes sobre as contribuições das ações socioeducativas realizadas. Sob esse enfoque, observando os objetivos traçados pelo Programa Jovem de Futuro e articulando-os à reflexão sobre as percepções dos interpelados nessa pesquisa, pode-se pressupor, com base nos dados obtidos, que, no que diz respeito às contribuições do programa em seus contextos de vida, os egressos indagados parecem considerar que a participação proporcionou mudanças em alguns aspectos, principalmente através do anseio de superar limitações impostas pelos seus meios sociais de origem.

Pode-se notar que a participação desses jovens nas diversas atividades realizadas pelo Programa Jovem de Futuro, exerceu certa influência nas suas escolhas em relação ao futuro, principalmente,

quanto às escolhas profissionais, sendo estas, pelos relatos, fundamentais para impulsionar o desenvolvimento de novos interesses e motivações.

Com base nas categorias representativas que emergiram das falas dos sujeitos, percebe-se que o programa é visto como via de acesso social ao mercado de trabalho, estabelecimento de necessidades, sendo que, inicialmente, a base educativa da proposta de formação profissional não assumiu papel de destaque na ótica dos interpelados. Em todos os casos indagados, as escolhas profissionais relacionam-se diretamente com as práticas que eles desenvolveram e aos conhecimentos e habilidades desenvolvidos nesse período.

## Referências

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BITENCOURT, B. M.; ONUMA, F. M. S.; PICCININI, V. C.; MOREIRA, L. B.; SEVERO, R. B. Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para *trainees*. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 142-155, 2014.

CAMPOS, C. C. A.; PAIVA, I. L. Programa nacional de inclusão de jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva de adolescentes participantes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 22-29, 2018.

CARBONARI, P. C. Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção. In: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. F. G.; FEITOSA, M. L. P. A. M.; ZENAIDE, M. Z. T. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 169-186.

CARMO, N. C. **Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional**. 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CARUSO, L. A. C.; POSTHUMA, A. C. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. **Mercado de Trabalho**, n. 70, p. 123-135, 2020.

CORDEIRO, M. C. M.; CLEMENTINO, J. V. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em discussão. **O Público e o Privado**, v. 10, n. 20, p. 13-27, 2012.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. v. 22, n. 36, p. 135-169, 2017.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

DAYRELL, J. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, M. M.; RESENDE, J.; NOGUEIRA, M. A.; DAYRELL, J.; MARTINS, A.; CALHA, A. (Orgs.). **Habitar a escola e suas margens: geografias plurais em confronto**. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Porto Alegre - Escola Superior de Educação, 2013. p. 65-73.

FRIGOTTO, G. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 521-536, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, v. 10, n. 18/19, p. 193-203, 2005.

KURNAZ, U. I. Youth unemployment and challenging labor market conditions reaching to the future: the case of Diyarbakır, sur region. **Amme İdaresi Dergisi**. v. 53, n. 1, p. 119-152, 2020.

LEÃO, G.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o Projovem Urbano em Belo Horizonte. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 4, p. 833-848, 2012.

LEITE, K. C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020009, 2020.

LOPES, T. J. S. As representações sociais e a educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

MAIA, A. A. R. M.; MANCEBO, D. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho de Santa Catarina. **Revista da ABET**, v. 20, n. 1, p. 208-228, 2021.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 402-407, 2008.

- OLIVEIRA, S. D.; BATISTA, S. S. S. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica. **Impulso**, v. 27, n. 70, p. 55-66, 2017.
- PAVARINO, R. N. Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.
- PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 127-150, 2018.
- POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.
- RESENDE, J. W. R.; ESPÍNDULA, D. H. P. Juventude em foco: representações sociais da juventude na Folha de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e190523, 2020.
- RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2017.
- ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Cadernos CRH**, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.
- ROCHA, H. S.; MELO, W. R. Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8, 2015, Peru, Lima. **Anais...** Peru, Lima: Associação Latino-Americana de Ciência Política, 2015.
- RODRIGUES, H. B. S. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Sege Moscovici. **Anos 90**, n. 13, p. 128-133, 2000.
- SERAFIN, T.; MEZZOMO, F. A.; PÁTARO, C. Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política. **Psicologia Argumento**, v. 34, n. 86, p. 289-301, 2016.
- SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.
- SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p. 87-106, 2009.



SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Cadernos CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003.

TOMMASI, L.; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353-371, 2020.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 97-105.

WELLER, V. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 135-154.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 15/11/2023  
Aprovado em: 28/05/2024